



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### EMENDA Nº (ao PL nº 2614, de 2024)

#### EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se à Estratégia 18.7. do ANEXO (OBJETIVOS, METAS E ESTRATÉGIAS), item 18) Financiamento e infraestrutura da Educação Básica, do Projeto de Lei nº 2614, de 2024, a seguinte redação:

Estratégia 18.7.	Aumentar o volume de recursos aplicados em educação pública pela União, ampliando a vinculação de 18% para, no mínimo, 25% e vincular a receita resultante de impostos e contribuições aos recursos aplicados em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Público – MDE e buscar novas fontes de financiamento como a taxação das casas de apostas, <i>bets online</i> s e atividades afins, a reestruturação do volume de recursos públicos aplicados no setor privado educacional, zerando o aporte de recursos públicos até o último ano de vigência do Plano, bem como vedar, na forma da Lei, qualquer forma de contingenciamento de recursos na área educacional, e garantir a reposição de eventuais perdas resultantes de políticas de renúncia fiscal nos âmbitos federal, estaduais, distrital e municipais, além de excluir, de qualquer política de austeridade dos governos e entes federados, todos os vinculados à educação, além de utilizar parte dos dividendos recebidos pela União para um plano nacional de reforma e melhoramento dos prédios escolares de forma a se atingir um padrão nacional CAQ, garantindo-se, ao menos, a presença de bibliotecas, laboratórios de ciências e informática, sala do grêmio, sala dos professores e equipe de administração, refeitório, auditório e parque infantil.
------------------	--

#### JUSTIFICATIVA

A Estratégia 18.7. do item 18) Financiamento e infraestrutura da Educação Básica, do PL 2614/2024 propõe “Vincular a receita resultante de impostos e contribuições ao investimento em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Público – MDE e buscar novas fontes de financiamento.”

Para atingir recursos aplicados em educação pública equivalentes a 10% do PIB há que se estabelecer novas fontes de recursos financeiros, além daqueles estabelecidos pelo Art. 212 da Constituição Federal, percentuais dos impostos, da Contribuição Social do Salário-Educação e do percentual dos recursos associados ao Fundo Social do Pré-Sal, estabelecido pela Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013. A emenda apresentada propõe a explicação de diversas possibilidades para que isto ocorra: - ampliando a vinculação de 18% para, no mínimo, 25%; - taxação das casas de apostas, *bets online*s e atividades afins; - reestruturação do volume de recursos públicos aplicados no setor privado educacional, zerando o aporte de recursos públicos até o último ano de vigência do Plano; - vedar, na forma da Lei, qualquer forma de contingenciamento de recursos na área educacional; - garantir a reposição de eventuais perdas resultantes de políticas de renúncia fiscal nos âmbitos federal,

Apresentação: 13/05/2025 15:49:18.287 - PL2614/24  
EMC 494/2025 PL261424 => PL 2614/2024  
EMC n.494/2025





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

estaduais, distrital e municipais; excluir, de qualquer política de austeridade dos governos e entes federados, todos os recursos vinculados à educação.

Esta emenda tem, portanto, o objetivo de explicitar possíveis novas fontes de financiamento para a educação brasileira.

Sala da Comissão, em      de      de 2025.

**Deputado Túlio Gadêlha**

REDE/PE

Apresentação: 13/05/2025 15:49:18.287 - PL261424  
EMC 494/2025 PL261424 => PL 2614/2024

**EMC n.494/2025**

